

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Uma convicção pode ser a mais perversa das prisões. Quando o que sei não pode ser questionado, escuto apenas aquilo que confirma o que acredito. O que é diferente recuso. Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo. Preso às minhas convicções, reduzo a possibilidade de pensar. Não há como aprender sem estar disposto a mudar de ideia, e para mudar de ideia é preciso aceitar que minha convicção pode estar errada.

Polarização é quando duas convicções opostas ocupam todos os espaços do debate político. Quando não há adversário, mas inimigo. As alternativas, aquelas posições que não se encaixam em nenhum dos dois lados, são postergadas ou negadas. O debate se faz impossível. É como se as mensagens transitassem por canais paralelos ou fossem ditas em línguas diferentes. Pior: a língua é a mesma, as palavras são iguais – mas significam coisas diferentes, dependendo de quem diz.

Paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa quem disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato. Trocam-se palavras de ordem e memes, há menosprezo pelo argumento. Quem não está alinhado com uma das duas posições dominantes não tem voz: o que disser será entendido como apoio ou crítica a um dos dois polos. As ideias se impõem por relação de força – não a força da razão, mas a razão da força. Quem grita mais leva. As posições são sempre muito delimitadas, não existem nuances. É a morte das ideias, o fim da inteligência.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: nunca ninguém reclama de ter recebido pouco, disse o filósofo francês René Descartes no início de seu **Discurso do método**. Com as ideologias ocorre algo semelhante: nunca ninguém se queixa de ter o juízo distorcido pela própria ideologia. O viés ideológico só afeta os outros. Jamais nos questionamos: será que eu também não estou vendo a realidade? E se o que para mim é tão óbvio for produto de uma ideologia que não me permite ver diferente? É tão claro e tão evidente que não há espaço para dúvidas – e isso é muito perigoso.

BRUZZONI, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-11 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto e das suas propriedades linguísticas, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, no debate político, a polarização tem como consequência a produção de convicções opostas que ocupam esse debate e postergam ou negam posições que não se encaixam em nenhum dos lados.
- 2 Segundo o texto, a morte das ideias acontece quando os argumentos não são ouvidos e deixam de ser importantes, sendo substituídos pela força, pelo grito.
- 3 O autor caracteriza a convicção como uma prisão porque uma pessoa que acredita ter toda a razão desconhece o diálogo, reduz a possibilidade de pensar e se mostra sem condições de aprender.
- 4 Consoante as ideias do texto, o problema da ideologia é que ela cria uma realidade clara e evidente sobre a qual inexistente qualquer dúvida, havendo apenas a certeza de que o viés ideológico afeta somente os outros.
- 5 O texto é construído com base nas tipologias informativa e argumentativa.

Em relação aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- 6 No período “Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo”, o emprego de cada uma das vírgulas é justificado por uma regra específica.
- 7 No segundo parágrafo do texto, o presente do indicativo é empregado na descrição de propriedades abstratas e na narrativa de fatos que se estendem aos dias atuais.
- 8 Na oração “Trocamos palavras de ordem e memes”, a substituição de “Trocamos” por **Troca-se** é gramaticalmente correta, sendo motivada pela indeterminação do sujeito da oração.
- 9 O pronome “isso”, em “e isso é muito perigoso”, atua como um elemento de coesão referencial, uma vez que resume todo o conteúdo do parágrafo.

Em relação ao Distrito Federal e considerando os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

- 10** O Distrito Federal apresenta o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil – mais do que o dobro da média nacional –, porém convive com intensa desigualdade interna, possuindo um dos maiores índices de Gini entre as unidades federativas.
- 11** Entre 2010 e 2022, a maioria dos municípios do entorno do DF (RIDE-DF) cresceu demograficamente em ritmo superior ao do próprio Distrito Federal.
- 12** O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, criado em 1960, no ano de inauguração da capital federal, consolidou-se como um marco cultural da capital federal – é o festival de cinema mais antigo do País e simboliza a relevância de Brasília no cenário audiovisual nacional, com a sua premiação Troféu Candango.
- 13** O pico do Roncador é o ponto mais alto localizado dentro dos limites do Distrito Federal, situando-se na região administrativa de São Sebastião.

Em relação à legislação nacional e distrital que trata da educação, julgue os itens a seguir.

- 14** Considerando o aumento das importações para a China, o Distrito Federal estabeleceu como requisito obrigatório, em sua Lei Orgânica, o mandarim como disciplina obrigatória em todas as etapas da educação básica.
- 15** Prezando pela neutralidade do ensino, o calendário escolar não deverá incorporar a temática da igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres de forma transversal no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
- 16** Suponha-se que uma pedagoga do Distrito Federal tenha decidido reunir vários professores para estabelecer que, a cada ano, seja realizada uma atividade avaliativa integrando, no mínimo, três disciplinas, abordando temas do currículo ensinado. Nesse caso, é correto afirmar que, ao adotar esse formato, a pedagoga adequou-se às novas metodologias que devem ser empregadas na educação brasileira.

- 17** Um professor deseja dar aula na educação pública do Distrito Federal para o ensino médio. Ele possui um curso de pedagogia e cursos de extensão em matemática. Nesse caso, é correto afirmar que ele está totalmente habilitado a trabalhar no ensino médio, sendo considerado profissional de educação.
- 18** Suponha-se que um professor de matemática do ensino fundamental do Distrito Federal tenha ensinado aos seus alunos que a sua disciplina tem como objetivo fornecer formatos para que eles possam resolver as questões. Para ele, não importava qual método o aluno utilizaria para chegar ao resultado, desde que demonstrasse, por raciocínio lógico, os motivos que tornassem verdadeira a afirmação. Nesse caso, é correto afirmar que o entendimento do professor está em consonância com as competências de matemática para o ensino fundamental.

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte.

- 19** Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

- 20** Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.
- 21** Suponha-se que uma servidora do Distrito Federal tenha sido convocada por sua gestão a participar de um treinamento sobre assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, a servidora argumentou que foi aprovada em concurso público para exercer as suas atividades em pedagogia, e não para participar de treinamentos. Diante disso, a gestora alertou que a recusa poderia acarretar sanções disciplinares. Nesse caso, é correto afirmar que a gestora agiu de maneira adequada.

Uma escola do campo X, localizada no Distrito Federal, caracteriza-se por atender a diferentes modalidades e demandas educativas da comunidade local. Durante os turnos da manhã e da tarde, a instituição organiza turmas multisseriadas do ensino fundamental, contemplando estudantes de diferentes anos em uma mesma sala. No período noturno, oferta a educação de jovens e adultos (EJA), atendendo majoritariamente agricultores familiares que conciliam o estudo com o trabalho no campo. Nesse momento, encontra-se em processo de implementação de um projeto de tempo ampliado, voltado à educação integral, que busca fortalecer aprendizagens e expandir oportunidades formativas. Além disso, recentemente, a comunidade denunciou contaminação do rio local. O conselho escolar propôs um projeto interdisciplinar (“Água, trabalho e vida no campo”), integrando ciências, geografia, língua portuguesa e matemática; que incluiria educação ambiental transversal, uso crítico de TICs (quando disponíveis) e avaliação processual. Parte do corpo docente resiste: defende manter provas padronizadas; calendário urbano; e proibir o uso pedagógico de celulares. Na EJA, alguns sugerem aplicar o mesmo plano das turmas diurnas. Um dos desafios recorrentes enfrentados pela escola é a conectividade intermitente, o que limita o uso contínuo de recursos digitais nas práticas pedagógicas. Nesse momento, o PPP está em revisão.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as políticas públicas vigentes como referência, julgue os itens a seguir.

- 22** Suponha-se que, na escola do campo X, a defesa de provas padronizadas como instrumento exclusivo de avaliação contraria o princípio da contextualização curricular (LDB, art. 28) e o da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI), ao mesmo tempo em que reforça a lógica de responsabilização prevista em algumas políticas de avaliação em larga escala (como a Prova Brasil). Nesse sentido, é correto afirmar que tal prática, embora inadequada ao contexto da escola do campo, encontrará respaldo parcial em políticas de monitoramento de qualidade da educação básica.
- 23** A adoção de um projeto interdisciplinar que se baseia em educação ambiental e integração de áreas do conhecimento está em consonância com a BNCC (2017), que prevê temas transversais e com o PNE, que trata da melhoria da qualidade da educação. Entretanto, se o projeto não considerar a especificidade do currículo da EJA e das turmas multisseriadas, ele incorre em contradição com as Diretrizes para a Educação Básica: escolas do campo e EJA.
- 24** Suponha-se que a intermitência da conectividade digital da escola do campo X pode justificar a limitação do uso de TICs no processo pedagógico, desde que alternativas analógicas sejam previstas. Nesse caso, é correto afirmar que, ao proibir pedagogicamente o uso de celulares, a escola descumpra tanto a Política Nacional de Educação Digital quanto as orientações do Plano Nacional de Educação (Meta 5, quando relaciona alfabetização e letramento digital), pois deixará de explorar a tecnologia como recurso pedagógico inclusivo.

- 25** A prática docente de adotar exclusivamente provas padronizadas, rejeitando metodologias interdisciplinares e o uso pedagógico de tecnologias, aproxima-se mais da tendência tradicional do que da tecnicista, já que priorizará a centralidade do professor como transmissor de conteúdos e a memorização como forma de aprendizagem.
- 26** O modelo de avaliação processual proposto pelo projeto interdisciplinar contrapõe-se ao modelo de responsabilização individualizado presente nas avaliações externas. Porém, ao incorporar registros sistemáticos e autoavaliação, aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e da concepção formativa defendida pelo PNE (Estratégia 7.3). Logo, a coexistência entre avaliação formativa interna e exames externos de larga escala caracterizará um cenário de complementaridade coerente com as políticas públicas atuais.
- 27** Na revisão do PPP, caso a escola considere apenas diretrizes nacionais (BNCC, PNE e LDB), sem dialogar com legislações específicas como as Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Especial, o documento resultante será juridicamente válido, mas pedagogicamente frágil, pois ignorará normativas específicas de modalidades atendidas.
- 28** Aplicar o mesmo planejamento das turmas regulares diurnas para a EJA pode ser interpretado como garantia de equidade, já que assegura aos jovens e aos adultos o mesmo currículo. Contudo, isso fere o princípio da equidade na diferença previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, que recomendam metodologias diferenciadas. Essa contradição refletirá uma tensão entre a busca de igualdade formal e a necessidade de reconhecer desigualdades históricas.
- 29** O protagonismo do conselho escolar ao propor um projeto interdisciplinar é expressão da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI; LDB, art. 14). Entretanto, se a decisão não for homologada coletivamente no PPP, ela poderá carecer de legitimidade institucional, revelando que a gestão democrática exige tanto participação ampla quanto formalização nas instâncias oficiais da escola.
- 30** Suponha-se que o projeto de tempo ampliado da escola do campo X pode ser considerado uma ação de educação integral em consonância com a Meta 6 do PNE. Nesse caso, é correto afirmar que, se o projeto for implantado sem integração curricular, limitando-se ao aumento de tempo em sala, estará descolado da concepção de integralidade defendida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Integral, que entendem a integralidade como articulação entre escola, comunidade e território.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No início do ano, uma escola pública de ensino fundamental recebeu três novos alunos:

- uma aluna com baixa visão, que necessita de materiais em Braille e fonte ampliada;
- um aluno com deficiência intelectual leve, que precisa de adaptações curriculares individualizadas; e
- uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA), cuja família solicitou acompanhamento especializado em sala comum.

Parte da equipe docente acredita que não há obrigação legal de oferecer tais recursos, já que a escola não dispõe nem de estrutura nem de profissionais específicos.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015 –, julgue os itens seguintes.

- 31** Suponha-se que essa escola tenha decidido priorizar a oferta de alguns materiais acessíveis à aluna com baixa visão, enquanto outros seriam mantidos no formato padrão devido à alta complexidade da adaptação. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão estará alinhada à Declaração de Salamanca, que defende a criação de sistemas educacionais planejados para proporcionar uma relação custo-qualidade e respeitar as condições estruturais das instituições na promoção da inclusão.
- 32** No caso do aluno com deficiência intelectual leve, é correto afirmar que a Política Nacional de 2008 orientará que a escola comum deva assegurar a sua permanência em sala regular, com adaptações curriculares, ainda que a instituição não disponha de todos os recursos humanos no momento da matrícula.
- 33** O atendimento educacional especializado (AEE) passará a substituir a escolarização comum do aluno com deficiência intelectual, desde que seja apresentado o laudo médico que comprove a sua deficiência.
- 34** A Lei Berenice Piana (2012) garantirá à aluna, na condição de pessoa com TEA, o direito a um acompanhante especializado em sala de aula, cujos custos devem ser integralmente assumidos pelo Poder Público nos casos em que a família da aluna se encontre em condição de vulnerabilidade socioeconômica, desde que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento.
- 35** O fornecimento de materiais em Braille e fonte ampliada para a aluna com baixa visão é um dever da escola, devendo ser consideradas a acessibilidade comunicacional e a pedagógica como condições indispensáveis à inclusão escolar.

Um professor de história, em uma turma do ensino médio, observou que uma aluna surda ainda não acompanhava integralmente as atividades de leitura de textos históricos. Buscou apoio da equipe pedagógica e constatou que a escola havia se inscrito recentemente em um programa de formação docente para inclusão, porém ainda não formalizara estratégias no PPP. Diante disso, surgem dúvidas sobre quais normativas devem orientar a atuação da escola.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Parecer CNE/CP nº 50/2023 e Resolução CEDF nº 3/2023) –, julgue os itens a seguir.

- 36** A ausência de estratégias formais no PPP isenta a escola de garantir, de forma imediata, recursos de acessibilidade, já que o Parecer CNE/CP nº 50/2023 admitirá que a inclusão dependa exclusivamente da adesão prévia a programas de formação docente.
- 37** A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelecerá que a acessibilidade comunicacional – incluindo a presença de intérprete de Libras, os recursos visuais e os materiais adaptados – é dever da escola pública do DF, devendo constar no PPP e ser efetivada no cotidiano pedagógico.

Um centro de ensino em Taguatinga (DF) atende a 620 estudantes do ensino fundamental e médio, sendo 28 pertencentes ao público-alvo da educação especial. A escola iniciou a implementação do Caderno de Orientações Pedagógicas 2025; contudo parte do corpo docente ainda centra a avaliação em provas escritas e notas quantitativas, em desacordo com princípios da avaliação formativa. Em reunião pedagógica, a coordenação destacou o Currículo em Movimento – Educação Especial como referência orientadora do processo pedagógico e apresentou as orientações pedagógicas da educação especial como documento orientador complementar. Alguns docentes manifestaram receio de que o uso de *softwares* de leitura e de recursos de comunicação alternativa pudessem comprometer a autonomia de estudantes com deficiência visual e deficiência múltipla. A equipe também debateu se o atendimento educacional especializado (AEE) deveria ocorrer apenas em horários distintos (turno inverso), de forma paralela ao ensino regular, ou se precisaria manter articulação pedagógica constante com a sala comum.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 38** Ao orientar que o AEE seja planejado em articulação com o ensino regular, o Currículo em Movimento da Educação Especial reafirmará o paradigma inclusivo: o atendimento especializado não substitui conteúdos, mas fornece meios pedagógicos, recursos e estratégias acessíveis, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com os princípios da equidade previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).
- 39** A coexistência do currículo em movimento da educação especial e da Orientação Pedagógica da Educação Especial não configura sobreposição normativa, pois ambos são referenciais oficiais da SEEDF que se complementam: o primeiro no plano curricular e o segundo no plano operacional.
- 40** A compreensão do AEE como atividade paralela e substitutiva ao ensino regular, defendida por alguns docentes, vai ao encontro da proposta estipulada pelo currículo em movimento da educação especial e pela Orientação Pedagógica Da Educação Especial, assegurando o direito à escolarização em classes regulares.
- 41** A interpretação de que a Orientação Pedagógica da Educação Especial não possui caráter vinculante, restringindo-se a função meramente consultiva, ignora que esse documento, enquanto diretriz normativa distrital, vincula as práticas escolares à política inclusiva, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

- 42** A alegação de que *softwares* de leitura e comunicação alternativa podem produzir dependência tecnológica reflete as preocupações abordadas no Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2025, ao considerar que o uso excessivo dessas tecnologias pode substituir estratégias pedagógicas tradicionais, impactando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
- 43** A leitura correta do caderno de orientação pedagógica 2025 implica reconhecer que a tecnologia assistiva não é opcional ou acessória, mas instrumento de acessibilidade pedagógica obrigatória, fundamentado na perspectiva inclusiva da SEEDF e nas normas federais de acessibilidade digital, de modo que sua recusa configura barreira atitudinal e pedagógica.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, diversos desafios relacionados à inclusão educacional, e detalhados a seguir, foram identificados.

- Uma aluna com deficiência visual ainda não recebeu os recursos de tecnologia assistiva previstos no PPP.
- Um aluno com deficiência intelectual leve apresenta dificuldades de aprendizagem nos conteúdos de matemática, mas sua professora não sabe como adequar o currículo sem comprometer os objetivos da turma.
- Um aluno com dislexia continua sendo avaliado de forma padronizada, sem adaptações, acumulando reprovações.

Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora afirmou que o AEE poderia substituir parte do currículo regular do aluno com deficiência intelectual leve, e orientou o professor da sala comum a aguardar instruções externas antes de realizar quaisquer adaptações. Alguns docentes questionaram se o uso de leitores de tela e materiais em Braille para a aluna com deficiência visual configuraria um privilégio em detrimento dos demais estudantes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 44** A afirmação da gestão de que o AEE pode substituir parte do currículo comum do aluno com deficiência intelectual leve encontra respaldo nas políticas nacionais até os anos 1990, quando predominava a escolarização em instituições e classes especiais, mas contrariará a perspectiva inclusiva consolidada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reforçada nos documentos da SEEDF.
- 45** Ao afirmar que o AEE pode substituir parte do currículo do aluno com deficiência intelectual leve, a equipe gestora demonstrou alinhamento com as práticas pedagógicas inclusivas, que preveem adaptações curriculares voltadas às necessidades específicas dos estudantes, desde que orientadas e aprovadas por profissionais especializados.

- 46** O questionamento de alguns docentes a respeito do uso de Braille e leitores de tela como privilégios para a aluna com deficiência visual expressa uma visão equivocada, pois as tecnologias assistivas são instrumentos de acessibilidade amplamente reconhecidos como condição para garantir a igualdade de oportunidades na educação.
- 47** A situação do aluno diagnosticado com dislexia, mas avaliado exclusivamente por provas padronizadas, pode ser tratada da mesma forma que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual leve, uma vez que ambas se configuram como problemas de defasagem pedagógica, e não como transtornos específicos, não exigindo adaptações distintas.
- 48** A alegação de que o professor deverá esperar por orientações externas para adequar o currículo do aluno com deficiência intelectual leve ignora a função atribuída pela LDB (art. 13) e pelos documentos da SEEDF, que estabelecem como dever docente formular, aplicar, revisar e avaliar adequações curriculares em diálogo com o AEE, sem delegar tal função a instâncias externas.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, denúncias de estudantes com deficiência física revelam exclusão de atividades esportivas e comentários depreciativos de colegas, caracterizando práticas capacitistas. A coordenação pedagógica convocou uma reunião para estudo de caso envolvendo um aluno com TEA, mas afirmou que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias de ensino. Além disso, professores divergiram acerca do papel do AEE: alguns acreditam que o especialista deveria assumir toda a responsabilidade pela adequação curricular, liberando o professor da sala comum dessa função.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 49** Ao afirmar que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias pedagógicas para o aluno com TEA, a coordenação pedagógica estará em consonância com a LDB (art. 59), que condiciona a adequação do ensino a diagnósticos clínicos específicos e garante segurança jurídica ao processo.
- 50** A divergência entre os professores quanto ao papel do AEE evidencia equívoco: segundo a Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF, caberá ao professor especializado elaborar a adequação curricular do estudante, enquanto o docente da sala comum executa o plano em sala.

- 51** A decisão de restringir a participação de estudantes com deficiência física das atividades esportivas pode ser substituída por tarefas de registro em planilhas acerca das modalidades, como anotar regras, pontuações e estatísticas de jogos, sem vivenciar a prática motora. Essa medida será considerada pedagogicamente adequada, pois garante que os alunos participem da disciplina.
- 52** Os comentários depreciativos contra os estudantes com deficiência física configuram práticas capacitistas, que deverão ser enfrentadas com ações pedagógicas, de gestão e de conscientização da comunidade escolar, conforme orienta a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os documentos da SEEDF.

Em uma escola técnica federal do Distrito Federal, turma do 2º ano do ensino médio, três estudantes apresentaram perfis que demandam atenção pedagógica diferenciada: um aluno com deficiência visual severa utilizava recurso de leitura em Braille e *softwares* de acessibilidade, mas a escola não possui versões digitais de todos os materiais didáticos, limitando a sua participação em laboratórios de física e química. Uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) apresentava dificuldade de adaptação a mudanças de rotina, sensibilidade auditiva elevada e tendência a fixar-se em temas específicos, o que interferia na participação em trabalhos coletivos e debates em sala de aula. E havia um aluno com altas habilidades/superdotação, que dominava conteúdos complexos rapidamente e demonstrava necessidade de desafios curriculares avançados. A ausência de atividades diferenciadas provocava desinteresse e impacto negativo na interação social com colegas.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 53** O professor deve observar, registrar e analisar sistematicamente os padrões comportamentais, cognitivos e sensoriais da estudante com TEA, para planejar estratégias pedagógicas individualizadas que promovam participação efetiva, inclusão e aprendizagem significativa, mesmo que isso demande reorganização temporária de atividades coletivas.
- 54** Aplicar atividades em grupo de forma uniforme para os três alunos sem ajustes de ritmo, conteúdo ou suporte pedagógico individualizado é uma prática adequada, pois estratégias diferenciadas podem prejudicar a coesão da turma e gerar desigualdade entre estudantes.
- 55** Planejar atividades de enriquecimento e desafios adicionais para o aluno com altas habilidades/superdotação é obrigatório para garantir acesso pleno, engajamento, participação e aprendizagem significativa, respeitando as suas necessidades individuais e prevenindo desinteresse ou desmotivação.

Em uma escola do Distrito Federal, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendia a uma turma heterogênea de 2º segmento, composta de adultos com trajetórias educacionais e experiências de vida complexas: um aluno de 34 anos de idade, trabalhador noturno, analfabeto funcional, que dominava práticas manuais e conhecimentos comunitários, mas apresentava lacunas na leitura e na escrita formal; uma aluna de 42 anos de idade, mãe de três filhos, que possuía alfabetização funcional, mas apresentava baixa autoestima, dificuldade de participação em debates sobre cidadania e limitações na construção de argumentação crítica; e um aluno de 28 anos de idade, migrante, com domínio parcial da língua portuguesa, que apresentava competências numéricas aplicadas em seu trabalho informal, mas não conseguia transpor esses saberes para contextos escolares formais.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 56** A construção do currículo para o aluno de 34 anos de idade deve, necessariamente, valorizar saberes prévios, experiências de vida e contexto sociocultural, de modo que as atividades de alfabetização e letramento sejam funcionalmente significativas, fomentando aprendizagem autônoma e inclusão integral.
- 57** A promoção da aprendizagem significativa da aluna de 42 anos de idade e do aluno de 28 anos de idade pode ser alcançada por meio de atividades individualizadas e isoladas, pois a EJA prioriza a instrução formal e padronizada como estratégia equitativa.
- 58** O planejamento de matemática e língua portuguesa, para o aluno de 28 anos de idade e para o aluno de 34 anos de idade, deve considerar contexto sociocultural, saberes prévios, funcionalidade e aplicabilidade na vida cotidiana, garantindo aprendizagem significativa, engajamento, protagonismo e inclusão, respeitando ritmos e trajetórias individuais.

Em um centro educacional, situado no Distrito Federal, a equipe pedagógica enfrenta impasses na organização das turmas da EJA. Entre os matriculados, há estudantes surdos usuários de Libras, jovens com TEA e adultos trabalhadores com histórico de evasão escolar. A direção defende que a alocação dos educandos em turmas regulares deve prevalecer sobre qualquer adequação específica, priorizando a logística da lotação. Parte dos docentes sustenta que as turmas inclusivas da EJA não necessitam de objetivos próprios, bastando replicar os das demais modalidades regulares.

Além disso, a estratégia de matrícula foi aplicada apenas pelo critério cronológico de inscrição, sem a avaliação das necessidades educacionais especiais, o que gerou concentração de estudantes com deficiência em uma única turma.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 59** A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 assegura que os objetivos pedagógicos das turmas da EJA devem considerar, sempre que possível, as necessidades específicas de cada estudante, inclusive daqueles com deficiência ou TEA, garantindo a flexibilização curricular e as estratégias de acessibilidade, como forma de promover a equidade e a participação plena no processo educativo.

- 60** É juridicamente aceitável que a matrícula de estudantes com deficiência ou TEA siga exclusivamente a ordem cronológica de inscrição, ainda que isso resulte na segregação em turmas específicas, pois tal procedimento respeita a legalidade administrativa e garante transparência no processo.

- 61** A organização das turmas da EJA, segundo os documentos norteadores da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF, deve contemplar a diversidade etária, sociocultural e as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou TEA, constituindo-se como medida de equidade pedagógica.

Duas unidades públicas – um centro de educação infantil (CEI), que atende a pré-escola (4 e 5 anos de idade), e uma escola classe, que atende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) – enfrentam múltiplos desafios para adequar o currículo e as práticas pedagógicas às legislações distritais de inclusão e diversidade. Observam-se as seguintes situações:

- Durante a organização do currículo na escola classe, a coordenação percebeu que as aulas não contemplavam sistematicamente conteúdos acerca da Lei Maria da Penha.
- Um professor da escola classe relatou dificuldade em planejar atividades para o Dia de Combate à LGBTFobia, sem gerar constrangimentos ou preconceitos.
- O CEI recebeu recentemente crianças migrantes e refugiadas de 4 anos de idade, mas não havia procedimento formal de matrícula imediata.
- Estudantes indígenas matriculados na escola classe enfrentaram dificuldades de integração.
- O CEI não estava priorizando a recepção de crianças indígenas.

As direções das duas unidades solicitam que a equipe pedagógica elabore um plano de ação estratégico, garantindo o cumprimento das leis e das portarias vigentes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 62** A omissão de estratégias sistemáticas de ensino a respeito das noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo da escola classe não configurará descumprimento legal, uma vez que essa lei apenas recomenda uma abordagem transversal, podendo ser abordada de forma eventual em atividades pontuais.
- 63** A promoção de atividades lúdicas e pedagógicas, com debates sobre respeito à diversidade sexual, no Dia de Combate à LGBTFobia, instituído pela Lei Distrital nº 4.374/2009, coaduna-se com a finalidade da data e com os princípios de educação inclusiva.
- 64** Conforme a Lei Distrital nº 7.395/2024, admite-se o diferimento da matrícula em CEI, mediante autorização prévia e específica da autoridade competente da SEEDF, para crianças migrantes, refugiadas e apátridas, durante a conferência documental, sem ofensa à norma; tal faculdade não alcança as creches públicas distritais.

- 65** A escola classe deve implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes indígenas, incluindo ensino intercultural e bilíngue, respeito às identidades étnicas e valorização das línguas e saberes tradicionais, conforme está definido na Portaria SEEDF nº 279/2018, garantindo acolhimento e permanência efetiva desses estudantes na rede pública.
- 66** Sendo o CEI uma instituição de educação infantil da rede pública, aplica-se a ele a prioridade de matrícula para crianças indígenas, a qual está prevista na Lei Distrital nº 5.816/2017; a reserva de vaga exigirá a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), além dos demais documentos requeridos pela SEEDF. Igual previsão se estende às creches da rede pública do DF.

Uma estudante quilombola de uma turma do 5º ano de uma escola relata que os materiais didáticos utilizados não contemplam referências à história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a turma não possui uma rotina estruturada de educação em direitos humanos, nem ações voltadas à equidade étnico-racial.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas relacionadas, julgue os itens a seguir.

- 67** A ausência de uma rotina estruturada de educação em direitos humanos na turma da estudante está em desacordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que determinará que essa temática deve ser tratada como uma disciplina autônoma nos currículos da educação básica.
- 68** Os materiais didáticos deverão incluir, a partir do 2º ano do ensino fundamental, conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana, em consonância com a Política Nacional de Implementação de Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 69** A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) prevê que a implementação de ações estruturadas para a promoção da equidade étnico-racial, ausentes na rotina da turma da estudante, poderá ser realizada de forma gradual. Dessa forma, a não existência imediata dessas ações não caracteriza um descumprimento direto da legislação, mas, sim, uma etapa natural do processo de adaptação da escola.
- 70** Diante do caso apresentado, a medida adequada e alinhada às políticas públicas será revisar o planejamento e os materiais didáticos para garantir, de forma transversal e contínua, a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, bem como instituir uma rotina estruturada de educação em direitos humanos com acompanhamento periódico. Assim, ações pontuais, como aulas isoladas ou datas comemorativas, são insuficientes para superar o problema identificado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De fato, é notável – para começar a mencionar alguns aspectos totalmente exteriores – que grande número de representantes precisamente das formas mais internalizadas da piedade cristã tenha vindo dos círculos comerciantes.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 36.

A análise de Max Weber, a respeito da relação entre o capitalismo e a consolidação do protestantismo, apresenta uma interpretação contextual sobre a mentalidade do sujeito protestante. Considerando essas informações e a relação entre a religião e o sistema capitalista como foco central, julgue os itens a seguir.

- 71** O protestantismo, assim como o catolicismo, são vieses contemporâneos, de um mesmo pensamento incriminatório sobre o lucro.
- 72** Weber descreve o desenvolvimento das sociedades modernas e dos seus imperativos econômicos a partir do ponto de vista da racionalização.
- 73** A religião cristã, de modo universal, opôs-se, desde o princípio, à valorização do ganho individual e do possível enriquecimento livre, por medo do pecado e da ambição.
- 74** Weber define a ordem econômica capitalista como um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, dentro da sua realidade, é o único cosmos possível.
- 75** Weber descreve do ponto de vista da racionalização o desenvolvimento das sociedades modernas e dos seus imperativos econômicos.
- 76** Os protestantes propuseram a valorização do cumprimento do dever no âmbito das profissões mundanas, como o mais elevado conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir.
- 77** De acordo com Weber, a ascese católica cristã, que de início fugira do mundo para se retirar na solidão, a partir do claustro havia dominado eclesiasticamente o mundo, enquanto a ele renunciava.
- 78** Na leitura de Weber sobre a riqueza, a interpretação realizada pelo protestantismo é reprovável apenas se fizer com que os indivíduos vivam em ócio, na preguiça ou no pecaminoso gozo da vida.
- 79** O espírito do capitalismo apresenta-se, ao outro e a si mesmo, como completamente apartado de qualquer explicação da esfera religiosa.
- 80** Na ética protestante, de acordo com Max Weber, a salvação vincula-se à vocação extramundana, isto é, à santificação da vida e o alcance garantido da eternidade, por meio do trabalho e da racionalização econômica.

Uma carta escrita em papel de seda, abandonada tal qual o corpo violentado da mulher, ao lado de um não desejado homem adormecido depois do gozo, jazia sobre a mesa. Em letras desenhadas com esmero, podia-se ler a repetida frase: “Eu te amo, eu te amo”. Fio Jasmim pousou sobre a folha, que, balançada ao vento, um descuidado olhar, já sabia de cor todo o conteúdo. Tina lhe escrevia quase sempre. Ele tinha inúmeras cartas dela e não sabia mais o que fazer com tantas folhas. Muito menos, com o amor da moça. Devolver as cartas, podia; mas, sem elas, como convencer a sua mulher que ele, primeiramente, havia sido vítima de assédio sexual e, com o tempo, do amor louco da moça? Não, ele não era culpado. A moça sabia que ele era casado e, mesmo assim, se oferecia. Lá estavam as palavras dela, escritas por ela, assinadas por ela. Tina Maria Perpétua.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. São Paulo: Editora Unipalmarensis, 2018. p. 22 (com adaptações).

Os romances e seus personagens são ricos materiais de estudos e análises sociológicas. Quanto à relação entre o texto de Conceição Evaristo e os conceitos de gênero e violência como motivador inicial, julgue os itens seguintes.

- 81** O texto de Conceição Evaristo retrata Tina a partir do estereótipo clássico da mulher como objeto de desejo, pertença e satisfação sexual do homem, no caso Fio Jasmim como sendo a mulher-corpo.
- 82** A experiência da personagem Tina é de extrema vulnerabilidade afetiva, assim percebida pelo amante como útil, mas exageradamente emocionada, porque ela entende-se enamorada, a ponto de revelar o seu amor por Fio Jasmim, mesmo sabendo do compromisso social e afetivo com a esposa oficial.
- 83** A masculinidade tóxica, desinteressada e individualista da personagem Fio Jasmim, expressa no texto, é justificada pelo determinismo biológico, próprio da constituição do ser masculino.
- 84** No texto, a personagem de Fio Jasmim possui uma postura utilitarista quanto ao seu papel de homem no mundo, mas que carrega o dilema que o divide entre o gozo da conquista erótica e a preocupação com o que fazer com as demonstrações de amor romântico de Tina.

- 85** A afirmação da virilidade por meio da via sexual é um mecanismo de construção da identidade masculina, que valida um lugar de poder e dominação, dentro da estrutura social vigente, acompanhado o desenvolver histórico.
- 86** As relações de gênero estabelecem-se a partir dos papéis que são definidos e moldados dentro da cultura. Tais relações dependem diretamente de traços biológicos e cromossômicos que diferenciam o feminino do masculino.
- 87** A discussão sobre gênero é perpassada por outras temáticas com respeito ao papel da mulher, a desconstrução dos estereótipos, a inserção das mulheres nas políticas públicas, a inclusão da mulher no mercado de trabalho, o compartilhamento de tarefas e o reconhecimento das suas capacidades cognitivas.
- 88** A compreensão do conceito de gênero possibilita identificar os valores atribuídos aos homens, como é o caso de Fio Jasmim, e sua relação com as mulheres, em especial com Tina, assim como possibilita compreender as regras de comportamento decorrentes desses valores.
- 89** A distinção entre os gêneros é um meio de classificar fenômenos, compreender as diferenças culturais entre o masculino e o feminino, qualificar as diferenças e analisar qual é o impacto disso na relação de um gênero para com o outro.
- 90** As personagens de Tina e Fio Jasmim apresentam uma relação constituída a partir de inúmeros fatores e percepção semelhantes, compostos de camadas de conceitos biológicos e sociais, evidenciados pela diferença anatômica e pela percepção do seu papel na relação.

Adolescentes chegam à formatura dentro de caixas da Barbie

Dois inglesas fazem entrada triunfal em baile, saindo de embalagens em tamanho natural

Garotas passam a adolescência inteira sonhando com sua festa de formatura e pensando em maneiras de roubar a cena no grande dia. Pois duas meninas inglesas, da cidade de Crewkerne, foram aprovadas com louvor na matéria entrada triunfal. Emily Pounce e Hannah Jagger, ambas de 16 anos, chegaram ao baile de formatura do colégio dentro de caixas da boneca Barbie em tamanho natural, como verdadeiras bonecas de plástico. As caixas de papelão eram reproduções perfeitas das embalagens do brinquedo favorito das meninas.

Internet: <globo.globo.com> (com adaptações).

A cultura do consumo é um modelo social, no qual a relação entre as pessoas e os recursos materiais é mediada pelo mercado, transformando indivíduos em consumidores. Com base no texto apresentado e no modelo social mercadológico como marcador da sociedade atual, julgue os itens a seguir.

- 91** Na sociedade de consumo, o significado cultural move-se constantemente de um ponto para outro, de acordo com a lei da demanda e da procura.

- 92** O consumo nas sociedades de mercado move-se por meio de uma estrutura artificialmente constituída, composta de elementos como a publicidade, a propaganda, a moda e os rituais de consumo.
- 93** A boneca Barbie, fonte estética de inspiração para as meninas desde a década de 1950, construiu, desde a sua criação, um caminho de narrativas libertadoras e emancipadoras a respeito do papel da mulher na sociedade.
- 94** A boneca Barbie, como objeto de consumo e o padrão de beleza que ela cria dentro da cultura, registra, de maneira vital e tangível, um significado cultural que, sem ela, seria intangível.
- 95** A boneca Barbie carrega em si a uma categoria cultural, mas ela não existe sem que a categoria cultural oposta exista para contraditá-la.
- 96** Na perspectiva de análise da sociedade ocidental, a cultura do consumo, como elemento potencializador de desigualdades, favorece a efetivação da liberdade, da autonomia e da felicidade.
- 97** Partindo de uma análise histórica, a cultura do consumo sofre alterações diretamente relacionadas a fenômenos como o individualismo, o liberalismo e o racionalismo.
- 98** A intenção das estudantes inglesas que foram fantasiadas de Barbie para formatura era se destacar em meio aos demais na festa e, também, preservar sua intimidade e privacidade, a partir da barreira social criada pela caixa.
- 99** A boneca Barbie possui, em sua trajetória, intenções e utilidades pedagógicas, que visam à criação e ao estabelecimento de um padrão de comportamento e de uma estética universal para o corpo feminino.
- 100** O fenômeno de sucesso produzido pela venda da boneca Barbie ao longo de mais de 50 anos está relacionado à beleza e juventude demonstradas pela Barbie e, também, ao possível amadurecimento da criança que quer se ver como adulta.

Assim, a indústria cultural, o estilo mais inflexível de todos, revela-se como a própria meta daquele liberalismo de que se censurava a falta de estilo. Não só as suas categorias e os seus conteúdos irrompem da esfera liberal, do naturalismo domesticado como o da opereta e da revista; os modernos trustes culturais são o lugar econômico onde continua, provisoriamente, a sobreviver, com os tipos correspondentes de empresários, uma parte da esfera tradicional da circulação, em vias de aniquilamento no restante da sociedade.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural**: o iluminismo como mistificação de massas. LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9.

Desde 1925, os conceitos da Escola de Frankfurt integram as reflexões filosóficas acerca do mundo contemporâneo. Com base no texto apresentado e nos conceitos relativos ao tema da indústria cultural, julgue os itens seguintes.

- 101** O sistema da indústria cultural surgiu nos países industriais mais liberais. Dessa forma, neles triunfaram todos os seus meios característicos: o cinema; o rádio; o jazz; e as revistas.

- 102** A Europa pré-fascista estava em consonância com os países industriais quanto à tendência ao monopólio cultural.
- 103** A máquina da indústria cultural gira em torno do seu próprio eixo, chegando ao ponto de determinar como deve ser o consumo e afasta como risco inútil aquilo que ainda não foi experimentado.
- 104** Por meio da indústria cultural, a arte séria foi negada àqueles a quem a necessidade e a pressão da existência tornam a seriedade uma farsa e que, necessariamente, se sentem felizes nas horas em que folgam da roda-viva.
- 105** O poder social, delineado pela indústria cultural e adorado pelos espectadores, exprime-se de modo mais válido na onipresença do estereótipo realizado e imposto pela técnica, do que pelas ideologias velhas e antiquadas, às quais os efêmeros conteúdos devem-se ajustar.
- 106** A força da indústria cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas, e não no simples contraste quanto a estas.
- 107** A indústria cultural necessita, o tempo todo, prestar atenção às necessidades genéricas dos consumidores por meio de um olhar estatístico aguçado, que viabilize transformar desejos em mercadorias vendáveis.
- 108** O resultado da influência da indústria cultural é um processo de adaptação sistemática do indivíduo na totalidade, que se dá, em termos mais específicos via linguagem estética informal.
- 109** A indústria cultural incumbiu-se de fornecer a nova realidade da autonomia, da liberdade e da escolha universal para o indivíduo.
- 110** Adorno mostra-se especialmente preocupado com o quanto a indústria cultural é índice da recaída da cultura na barbárie, vista por ele como um prolongamento da irracionalidade da natureza no âmbito da cultura.

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo.

Internet: <scielo.br> (com adaptações).

Os movimentos sociais são uma realidade na maioria das sociedades do mundo contemporâneo. Considerando-se que os movimentos sociais apresentam naturezas distintas e, mesmo assim, avançam em busca de direitos e oportunidades para aqueles que são o fundamento da sua luta, julgue os itens a seguir.

- 111** Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos.

- 112** Os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.
- 113** A contemporaneidade provocou o ressurgimento de um não tão novo tipo de relação entre movimentos sociais e governos, em que as perspectivas de ganhos para os grupos redundam em apoio eleitoral e político para partidos e coalizões governantes.
- 114** Os movimentos sociais que se organizaram no Brasil mais recentemente em defesa da constituição de políticas de acesso aos direitos políticos, individuais e sociais, compreendiam a democracia não apenas como modelo, como fórmula para acesso ao poder estatal, mas como condição para que a própria definição de quais são os direitos dos brasileiros pudesse ser feita por esses novos sujeitos políticos por meio da participação e da mobilização social.
- 115** Os movimentos sociais representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas como força-tarefa, de ordem numérica, como campo de atividades e de experimentação social controlada.
- 116** Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social apresentam propostas de melhorias e mudanças, atuam em rede, defendem a inclusão, focam na coletividade e agem no combate ao preconceito e à exclusão.
- 117** Movimentos sociais abrangem questões específicas da sociedade em geral. Assim, as singularidades dispostas nos espaços de luta são diluídas na luta central, contribuindo para a homogeneização da meta a ser alcançada.
- 118** Os movimentos sociais lutam por direitos e avançam para além da luta pelo reconhecimento de direitos. Desse modo, os movimentos sociais possuem um papel pedagógico, em que o aprendizado do lugar de fala do grupo social em questão ocorre quando as informações compartilhadas fazem sentido para os indivíduos inseridos em um dado contexto social.
- 119** Os movimentos sociais possibilitam uma visão achatada e recortada da dinâmica social, a partir da qual se constroem identidades, articulando diferentes elementos e criando sentidos a partir dos quais podem ser identificados os agentes desses cenários.
- 120** A relação dos movimentos sociais com o Poder Público tornou-se ainda mais intrincada e ambígua na medida em que lideranças de tais movimentos, oriundas de seus quadros e defensoras de diversas demandas se tornaram representantes legítimas do governo.



RASCUNHO